



**Eleições na Nigéria** - A Nigéria entrou num intenso ciclo eleitoral em fevereiro deste ano. A 14 de fevereiro têm lugar as eleições presidenciais, para o Senado e para a Câmara dos Representantes. [Pag 2](#)

**III Cimeira Portugal-Cabo Verde** - Realizou-se a 17 de dezembro do ano passado em Lisboa a III Cimeira Portugal-Cabo Verde, a qual teve como tema central o Mar. [Pag 3](#)

**Nova Área de Comércio Livre** - A 25 de outubro de 2014, um comité de Ministros africanos anunciou a criação de uma nova Área de Comércio Livre Tripartida, a qual abrangerá três comunidades económicas. A criação oficial desta nova área de comércio livre teve lugar em dezembro passado no Egito. [Pag 4](#)

**II Cimeira Turquia-África** - Decorreu, em finais de novembro de 2014, em Malabo, Guiné Equatorial, a II Cimeira Turquia - África, onde estiverem presentes 15 Chefes de Estado africanos. Durante os dois dias que durou a Cimeira, foram avaliados os esforços de desenvolvimento de África e a evolução das economias africanas. [Pag 4/5](#)

**Ramos-Horta na Guiné Equatorial e na Guiné Bissau** - O governo timorense anunciou, em finais de novembro de 2014, que propôs a nomeação de José Ramos-Horta como enviado especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Guiné-Bissau e Guiné Equatorial. [Pag 5](#)

**China Obtém Megacontrato na Nigéria** - A companhia estatal chinesa China Railway Construction Corporation (CRCC) ganhou o contrato para construir uma linha de caminho-de-ferro que percorrerá praticamente toda a costa nigeriana unindo as cidades de Lagos e Calabar. [Pag 5](#)

**Estatuto de Dhlakama** - Vários meses após a realização das eleições gerais de 15 de outubro, a RENAMO continuou intransigente na sua posição de não aceitar os resultados, acusando a FRELIMO de graves irregularidades e fraudes. [Pag 6](#)

**Nova líder do PAICV** - Janira Hopffer Almada, atual Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Cabo Verde venceu, à primeira volta, com maioria absoluta, as eleições para a liderança do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). [Pag 6/7](#)

**Novo Presidente Tunisino** - Beji Caid Essebsi, de 88 anos, venceu as primeiras eleições presidenciais livres da Tunísia depois da chamada revolta da Primavera Árabe que, no início de 2011, levou à queda do ditador Zine El-Abidine Ben Ali. [Pag 7](#)

**Ataque contra o al-Shabab** - As forças governamentais somalis, apoiadas pelos EUA, obtiveram em finais de dezembro uma importante vitória contra o grupo al-Shabab ao conseguirem capturar o atual líder deste movimento, Zakariya Ahmed Ismail Hersi. [Pag 7/8](#)

**Luta contra a Malária** - Os esforços que estão a ser travados em todo o continente africano contra a malária estão a dar resultados. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), entre 2000 e 2013, o número de mortes por causa da malária desceu para menos de metade, o que terá permitido salvar a vida a 4,3 milhões de pessoas. [Pag 8/9](#)

**Imigrantes africanos e a Europa** - O ano de 2014 foi particularmente trágico para os imigrantes africanos que tentaram entrar ilegalmente no espaço europeu. De acordo com dados da Organização Mundial das Migrações, só no ano passado, morreram 5 mil africanos que tentaram chegar à Europa, número que é praticamente o dobro do de 2013. [Pag 9](#)

**Guiné Equatorial recebe o CAN** - Face ao surto de ébola que atingiu o continente africano, Marrocos, país escolhido para receber o Campeonato Africano de Nações (CAN) em futebol renunciou à organização do evento. [Pag 9](#)

**Desafios para a União Africana em 2015** - O ano passado não foi muito positivo para a União Africana (UA) a qual acabou, ao não resolver problemas ou intervir em crises, por mostrar a sua incapacidade. [Pag 10](#)

**Novo Governo Moçambicano** - O novo Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, apresentou, a 16 de janeiro, o seu elenco governativo, o qual representou uma profunda mudança. [Pag 11/12](#)



## Eleições na Nigéria

■ Luís Castelo Branco

A Nigéria entrou num intenso ciclo eleitoral em fevereiro deste ano. A 14 de fevereiro têm lugar as eleições presidenciais, para o Senado e para a Câmara dos Representantes. A 28 realizam-se as eleições para governadores e para a Assembleia Nacional.

Estes processos eleitorais foram fortemente marcados pela ameaça securitária do Boko Haram no norte do país e pela corrupção endémica no país. Desde que regressou à democracia multipartidária em 1999, a Nigéria tem tido eleições regulares, embora a convivência democrática nem sempre tenha sido pacífica.

Sobretudo as eleições presidenciais foram particularmente tensas. O Presidente Goodluck Jonathan concorreu a novo mandato apoiado pelo PDP. Porém, a sua incapacidade em lidar com a ameaça do Boko Haram e melhorar as condições de vida das populações, sobretudo no norte fortemente atingidas pelo desemprego, fizeram com que partisse com uma clara desvantagem nesta zona do país. A corrupção, nomeadamente ligada aos negócios do petróleo, é uma das principais críticas feitas à administração de Jonathan.

Por outro lado, a oposição uniu-se, em 2013, à volta dos All Progressive Congress (APC), dando-lhe a oportunidade de obter uma vitória.

A complexidade do sistema eleitoral nigeriano tem complicado a vitória de vários partidos. A exigência de que o vitorioso terá que ter não só a maioria dos votos como também, pelo menos, 25% em 2/3 dos estados tornava-se tarefa difícil de alcançar. Estas exigências visavam evitar a vitória de um partido claramente regional ou alinhado com alguma religião, tendo em conta que a Nigéria está dividida entre muçulmanos a norte e cristãos a sul.

A 30 de outubro, o People's Democratic Party (PDP) anunciou que o seu candidato às eleições presidenciais de fevereiro seria o Presidente Goodluck Jonathan. Apesar de esta nomeação não ter sido contestada dentro do partido, a verdade é que ao longo dos últimos tempos, várias têm sido as figuras que abandonaram o PDP, a última das quais foi Aminu Tambuwal, figura de destaque do PDP na Câmara dos Representantes.

O maior partido da oposição, o All Progressive Congress (APC), escolheu o seu candidato em dezembro do ano passado. A escolha recaiu no antigo General Muhammadu Buhari, reeditando o desa-

fio presidencial de 2011. Buhari, atualmente com 71 anos, já tinha perdido as eleições em 2003 e 2007 contra os candidatos de PDP.

O APC escolheu como candidato a Vice-Presidente Yemi Osinbajo, Professor de Direito na Universidade de Lagos e antigo Procurador-Geral do Estado de Lagos. A escolha de Obisanjo ficou a dever-se ao facto de ser um cristão da etnia yoruba originário de Lagos. Esta escolha deveu-se, não só a condicionamentos constitucionais, mas também ao facto de Buhari saber que a sua base de apoio está no norte islâmico, mas que precisa do apoio do sul cristão para ser eleito presidente.

O clima de insegurança no norte do país, fez com que várias instituições da sociedade civil nigeriana manifestassem a sua preocupação com a real capacidade do estado organizar um processo verdadeiramente transparente e democrático nessa parte do país. Aliás, as suspeitas da falta de vontade do governo em criar as condições para que as eleições se realizem com normalidade no norte eram várias. Sendo uma zona muito favorável à oposição e ao seu candidato, a não realização de eleições em várias zonas do país só iria favorecer a candidatura de Jonathan.



### III Cimeira Portugal – Cabo Verde

Realizou-se a 17 de dezembro do ano passado em Lisboa a III Cimeira Portugal – Cabo Verde, a qual teve como tema central o Mar. Portugal tem apoiado Cabo Verde nesta área tão importante para ambos os países, nomeadamente, através do apoio ao dossiê submetido à ONU para a expansão da plataforma continental cabo-verdiana, e no financiamento, através das linhas de crédito, da melhoria das infraestruturas portuárias.

A realização regular destas cimeiras é a prova do excelente relacionamento entre os dois países, o qual abrange um conjunto muito diversificado de áreas, situação que já tinha ficado bem patente durante a II Cimeira bilateral, realizada em 2012 na cidade do Mindelo, e na assinatura, em 2010, do Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois países.

Esta Cimeira teve lugar no momento em que Cabo Verde se viu confrontado com a erupção do vulcão da Ilha do Fogo, situação que provocou uma emergência nacional e que levou o país a apelar ao apoio internacional. Portugal foi dos países que respondeu mais rapidamente ao apelo cabo-verdiano, enviando ajuda em várias áreas, destacando-se o envio da fragata Alvares Cabral para apoiar as populações da ilha do Fogo.

Durante os trabalhos da Cimeira foi possível constatar o excelente estado do relacionamento político entre os dois países, com a cooperação a estender-se a quase todas as áreas. Portugal e Cabo Verde têm em curso um Programa Indicativo de Cooperação, 2012-2015, o qual, de acordo com as prioridades das autoridades da Praia, privilegia os programas na área da educação e cooperação técnico-policial. Em 2013, Cabo Verde foi o principal destino da ajuda pública ao desenvolvimento portuguesa (APD).

Ambos os países concordaram em começar a preparar o novo documento de cooperação que deverá entrar em vigor em 2016. Este novo programa de cooperação deverá assentar, por um lado, nas áreas tradicionais de intervenção da cooperação portuguesa, ou seja, educação e cooperação técnico-policial, mas também em novas áreas como as energias renováveis, agricultura e mar.

Portugal tem contribuído, através da concessão de linhas de crédito, para o desenvolvimento de Cabo Verde, permitindo que avançassem as obras de construção ou renovação de portos em várias ilhas, a construção de diversas barragens destinadas a promover a

agricultura e o abastecimento das populações, a construção de habitações sociais e a construção de vias rodoviárias.

A crise internacional, que atingiu o mundo em 2008, também teve consequências em Cabo Verde, cujos efeitos se estão agora a fazer sentir, com o país a ter dificuldade em pagar a sua parte nos projetos financiados pelas linhas de crédito portuguesas. De acordo com o estabelecido, os projetos abrangidos por estas linhas de crédito deveriam ter uma participação cabo-verdiana de 10%, o que ainda não aconteceu, afetando as empresas portuguesas que realizaram essas obras.

No final dos trabalhos, ambos os países assinaram 11 instrumentos de cooperação em diversas áreas, destacando-se o Protocolo no domínio da fiscalização conjunta de espaços marítimos sob soberania de Cabo Verde; o Programa-Quadro de cooperação técnico-militar para o período 2015-2017; o Protocolo na área do Ensino Superior e o Protocolo na área da Saúde.

Em matéria de política internacional, ambos os países partilham a mesma posição em relação à situação na Guiné Bissau, manifestando o apoio às novas autoridades e disponibilizando-se para mobilizar apoios para a realização de uma mesa redonda de doadores destinada a apoiar Bissau.

Face à situação de insegurança que se regista no Golfo da Guiné, Portugal, que tem trabalhado neste assunto no âmbito da União Europeia e na criação de uma Estratégia para o Golfo da Guiné, conta com Cabo Verde como país essencial para desenvolver essa Estratégia.

De destacar, ainda, a disponibilidade de Portugal apoiar Cabo Verde na candidatura da Morna a Património Cultural Imaterial da Humanidade, aproveitando a experiência portuguesa com as candidaturas bem-sucedidas do Fado e do Cante Alentejano.



## Nova Área de Comércio Livre

A 25 de outubro de 2014, um comité de Ministros africanos anunciou a criação de uma nova Área de Comércio Livre Tripartida, a qual abrangerá três comunidades económicas regionais – a East African Community (EAC), a Southern African Development Community (SADC) e a Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA). A criação oficial desta nova área de comércio livre teve lugar em dezembro passado no Egito.

As negociações para a criação desta área iniciaram-se em 2008 e abrangerão 26 países. Em conjunto, os países membros desta nova área representarão 625 milhões de pessoas, e terão um Rendimento Nacional Bruto (RNB) agregado de mais de 1 trilhão de USD, representando 58% da atividade económica do continente.

O objetivo mais imediato é o de reduzir os obstáculos alfandegários entre os estados membros a fim de promover o comércio inter-regional, o qual representa apenas 12% do total. Esta zona de comércio livre deverá evoluir, até 2019, para uma união aduaneira.

## II Cimeira Turquia–África

Decorreu, em finais de novembro de 2014, em Malabo, Guiné Equatorial, a II Cimeira Turquia–África, onde estiverem presentes 15 Chefes de Estado africanos. Durante os dois dias que durou a Cimeira, foram avaliados os esforços de desenvolvimento de África e a evolução das economias africanas. A Turquia esteve representada pelo seu Presidente, Tayyip Erdogan e por diversos ministros turcos.

A II Cimeira baseou-se nos objetivos e princípios enunciados na declaração de Istambul sobre a Parceria África-Turquia, adotada pela primeira Cimeira de cooperação África-Turquia, realizada a 19 de Agosto de 2008, em Istambul, com vista a promover uma cooperação sólida para contribuir para o rápido desenvolvimento socio-económico de África, lutar pela paz e segurança e contribuir para consolidar a democracia e boa governação, promover a justiça social visando a económico equilibrada.

Para além da evolução económica, a Cimeira também analisou os mecanismos necessários para desenvolver as relações e o intercâmbio cultural entre a África e a Turquia.

Esta relação, mais estreita, entre a Turquia e África começou a desenhar-se em Agosto, quando um avião transportando o então Primeiro-ministro Erdogan e uma grande delegação de empresários desembarcou em Mogadíscio.

Este voo mudou o curso dos acontecimentos na Somália, então em crise devido a um longo período de instabilidade e conflito, que coincidiu com uma grave seca e fome. Foi o início de um esforço, que ainda hoje continua, e que tem dado provas de bons resultados, com a situação lentamente a melhorar na Somália.

Para a Turquia, a África é um continente de oportunidades que poderão ser benéficas para ambas as partes. Em 2009 a Turquia tinha apenas 12 embaixadas em África, atualmente já tem uma rede de 39 embaixadas no continente e 32 países africanos estão presentes em Ankara, números que se espera que venham a aumentar nos próximos tempos.

Este aprofundamento do relacionamento já é bem visível com milhares de africanos a estudarem e a trabalharem na Turquia e vice-versa. A companhia Linhas Aéreas Turcas tornou-se numa das principais transportadoras do continente com 46 voos para 28 destinos africanos.

As relações comerciais têm-se intensificado, alcançando os 23,4 mil milhões de USD em 2013, em 2000 o valor dessas trocas era de apenas 750 milhões de USD<sup>1</sup>. Há mais investimento turco, que emprega mão-de-obra local, utiliza os recursos de produção nacional e exporta para outros países. Empresas turcas vão investir, somente em Mogadíscio, mais de 100 milhões de USD nos próximos dois anos.

A agência de cooperação turca, a Turkish International Cooperation and Coordination Agency (TIKA), tem representações em nove países africanos. África é o destino de 31% da Ajuda Pública ao Desen-

<sup>1</sup> Turkish Ministry of Foreign Affairs  
<http://www.mfa.gov.tr/turkey-africa-relations.en.mfa>



volvimento (APD) turca, o que representou, em 2012, 772 milhões de USD. Este montante significou um enorme crescimento em relação aos anos anteriores, em 2010 tinham sido 102 milhões de USD e em 2011 tinham sido 425 milhões de USD<sup>1</sup>.

Durante a II Cimeira, estabeleceram-se novas metas e objetivos com vista a promover uma maior cooperação bilateral.

A Cimeira adotou, no final dos trabalhos, uma declaração sobre os principais projetos prioritários de parceria África-Turquia 2015-2018 e um plano de ação para a implementação completa desta parceria.

## Ramos-Horta na Guiné Equatorial e na Guiné Bissau

O governo timorense anunciou, em finais de novembro de 2014, que propôs a nomeação de José Ramos-Horta como enviado especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Guiné-Bissau e Guiné Equatorial.

Esta nomeação foi justificada pelo facto de Timor-Leste deter, desde julho de 2014, a presidência da CPLP. Durante a Cimeira de julho, ficou estabelecido que a situação na Guiné Bissau e na Guiné Equatorial requeriam um acompanhamento especial, razão pela qual foi decido propor aos Estados Membros esta nomeação, a qual foi aceite.

## China Obtém Megacontrato na Nigéria

A companhia estatal chinesa China Railway Construction Corporation (CRCC) ganhou o contrato para construir uma linha de caminho-de-ferro que percorrerá praticamente toda a costa nigeriana unindo as cidades de Lagos e Calabar.

A construção desta linha, com uma distância de 1.400 km, ascenderá a 12 mil milhões de USD e passa a ser o maior contrato no exterior obtido por uma empresa chinesa. Este contrato permitirá à China exportar mais de 4.2 mil milhões de USD e criar cerca de 200 mil empregos, diretos e indiretos.

A CRCC já esteve envolvida em projetos ferroviários em países africanos, nomeadamente, na Argélia, Tanzânia, Zâmbia e Líbia. Fora do continente africano destaca-se a construção do caminho-de-ferro que liga Ancara a Istambul e a construção do metro da cidade de Meca.

O envolvimento chinês neste projeto é um bom exemplo de um dos pilares da política de Pequim em África. Depois de ter desenvolvido o seu sector ferroviário, contanto atualmente com mais de 11 mil kms de alta velocidade, a China procura exportar a sua tecnologia para África.

Paralelamente ao seu envolvimento na construção desta linha ferroviária, a China procura, igualmente, ser um dos principais financiadores deste projeto. O objetivo é que seja o novo Banco de Desenvolvimento a ser criado no âmbito do espaço BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) a ser a entidade financiadora.





## Estatuto de Dhlakama

Vários meses após a realização das eleições gerais de 15 de outubro, a RENAMO continuou intransigente na sua posição de não aceitar os resultados, acusando a FRELIMO de graves irregularidades e fraudes. Segundo o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, sem essas irregularidades a RENAMO e ele próprio teriam ganho as eleições.

A situação manteve-se num impasse com a FRELIMO a recusar as acusações, os órgãos eleitorais a darem a vitória à FRELIMO e ao seu candidato presidencial Filipe Nyussi. A RENAMO propôs, como modo de ultrapassar esta situação, a criação de um governo de gestão que teria membros da RENAMO e da FRELIMO, e a preparação de novas eleições num prazo de 18 meses.

Este período de gestão deveria ser igualmente acompanhado pela substituição dos governadores provinciais e altos cargos da administração pública, os quais a RENAMO acusava de serem claramente pró-FRELIMO.

Dhlakama foi insistindo nesta solução nos diversos comícios que foi fazendo nas regiões do centro e do norte do país, as quais lhe eram mais favoráveis eleitoralmente. Apesar do tom algo agressivo, foi excluído o regresso às armas como forma de defender as suas posições.

Este período também foi marcado pela fase de transição na FRELIMO, com o até agora Presidente Guebuza a continuar a gozar de um grande protagonismo e o Presidente eleito, Felipe Nyussi, a ter dificuldades em se afirmar quer no partido, quer no país.

Para tentar travar a contestação de Dhlakama, o parlamento moçambicano aprovou o Estatuto do líder do segundo partido mais votado, destinado claramente a acomodar, em termos de prestígio e financeiros, Afonso Dhlakama.

A lei aprovada prevê que, para além da participação no Conselho de Estado, que já estava na Constituição, o líder da oposição fixe o seu próprio salário e subsídios, tenha direito a residência oficial, gabinete de trabalho, meios de transporte, regime especial de proteção e segurança, ajudas de custo em deslocações solicitadas pelo Presidente da República, passaporte diplomático, honras e precedências no protocolo de Estado e ainda assistência médica, extensível ao cônjuge e filhos menores.

Apesar desta concessão ao líder da RENAMO, Dhlakama manteve-se intransigente na sua decisão de contestar os resultados eleitorais, o que fez com que o clima político a torna-se, particularmente tenso, no início de 2015 com o exército moçambicano a retomar as movimentações militares na área da Gorongosa.

## Nova Líder do PAICV

Janira Hopffer Almada, atual Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Cabo Verde venceu, à primeira volta, com maioria absoluta, as eleições para a liderança do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

A atual Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos nasceu na Cidade da Praia a 27 de Setembro de 1978. Janira Hopffer Almada é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo realizado uma Pós-Graduação em Direito das Empresas.

Janira Hopffer já desempenhou as funções de Ministra da Juventude, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares. Em 2011 foi eleita deputada nacional, mas não exerceu o seu mandato por ter sido chamada para o Governo.

Nas eleições diretas, que tiveram lugar a 14 de dezembro do ano passado, Janira Hopffer obteve a maioria absoluta com 51,2 % dos votos. O até agora líder parlamentar do PAICV, Felisberto Vieira, obteve 40,3 % dos votos e Cristina Fontes Lima, Ministra-adjunta e da Saúde, e candidata mais próxima do atual Primeiro-Ministro José Maria das Neves, obteve apenas 8,45 % dos votos.

Esta é a primeira vez que o PAICV, que governa o país desde 2001 pela mão de José Maria Neves, é liderado por uma mulher. O Partido já teve como líderes Aristides Maria Pereira, Pedro Pires, Aristides Raimundo Lima e José Maria Neves.



A eleição de Janira Hopffer insere-se num processo de renovação do PAICV. O atual líder, José Maria das Neves, já tinha manifestado a sua intenção de abandonar a liderança do partido, mantendo, porém, a chefia do governo até às eleições legislativas de 2016. O futuro político de José Maria Neves poderá passar por uma candidatura presidencial.

O PAICV está a tentar renovar os seus quadros com vista a preparar a campanha eleitoral de 2016. Depois de quinze anos no poder, o partido dá mostras de estar esgotando no que diz respeito ao modelo económico apresentado para o desenvolvimento do país.

Apesar dos inúmeros sucessos obtidos durante estes anos, nomeadamente a graduação de Cabo Verde em país de rendimento médio e o enorme esforço de modernização das infraestruturas do país, a verdade é que vários problemas não encontram resposta no atual governo. Entre as principais preocupações estão o crescimento do endividamento do país, o desemprego e questões relacionadas com a segurança.

Janira Hopffer terá como grande opositor nas eleições de 2016, o atual Presidente da Câmara Municipal da Cidade da Praia, Ulisses Correia e Silva do Movimento para a Democracia (MpD).

A vitória de Janira Hopffer lançou o governo cabo-verdiano numa crise muito séria devido ao facto de vários ministros terem apoiado a candidatura da Ministra-adjunta e da Saúde, Cristina Fontes. Esta situação obrigará ao Primeiro-Ministro, José Maria Neves, a proceder a alterações no elenco governativo.

Para além da crise interna no partido do Governo, que na prática demonstra que existem duas facções dentro do PAICV, o país tem ainda que enfrentar uma crise económica que se agravou, ainda mais, com a erupção do vulcão na Ilha do Fogo, que se iniciou a 23 de novembro do ano passado, e com a seca que o país enfrenta que provocou um péssimo ano agrícola.

Toda esta situação terá, necessariamente, efeitos negativos em 2015 a começar, desde logo, pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas.

## Novo Presidente Tunisino

Beji Caid Essebsi, de 88 anos, venceu as primeiras eleições presidenciais livres da Tunísia depois da chamada revolta da Primavera Árabe que, no início de 2011, levou à queda do ditador Zine El-Abidine Ben Ali.

Veterano da política tunisina, tendo já exercido o cargo de Primeiro-ministro, foi aliado de Ben Ali, Essebsi foi declarado vencedor da segunda volta das presidenciais com 55,68% dos votos expressos. O seu principal rival, Moncef Marzouki, ficou em segundo lugar com 44,32% dos votos.

Essebsi é o líder do partido laico Nidaa Tounes (Chamamento da Tunísia). Fundado apenas em 2012, o Nidaa Tounes obteve a maioria dos lugares nas eleições legislativas de outubro de 2014.

## Ataque contra o al-Shabab

As forças governamentais somalis, apoiadas pelos EUA, obtiveram em finais de dezembro uma importante vitória contra o grupo al-Shabab ao conseguirem capturar o atual líder deste movimento, Zakariya Ahmed Ismail Hersi.

Hersi foi capturado pelas forças governamentais somalis numa ação realizada na região de Gedo, junto à fronteira com o Quênia. Este foi um duro golpe contra o al-Shahab que a apenas três meses viu o seu então líder, Abdi Godane, ser morto por um ataque da aviação norte-americana.

O envolvimento e interesse dos EUA no combate ao al-Shabab está diretamente ligado à ameaça que este grupo tem exercido sobre o Quênia, forte aliado norte-americano na região, que tem sofrido no seu território vários ataques terroristas. Desde meados de 2014, as forças governamentais da Somália, em coordenação com a aviação dos Estados Unidos, estão empenhadas, num duro e intenso, combate para desanuviar a vasta região de fronteira com o Quênia.



A captura de Zakariya Hersi tem uma grande importância, não só por ser o novo líder da organização rebelde mas, também, porque era, simultaneamente, o responsável pelos serviços de inteligência do Grupo.

Esta ofensiva baseia-se, sobretudo, na estratégia de evitar que os rebeldes usem o Quênia como retaguarda segura para a preparação dos ataques no interior da Somália. Tendo o al-Shabab a sua espinha dorsal localizada junto à fronteira com o Quênia, depois do recuo verificado na sequência da sua expulsão de Mogadíscio devido à intervenção de forças da União Africana ao lado das do governo, não custa perceber que a organização pode estar a enfrentar momentos muito complicados para a sua sobrevivência.

Essa zona de fronteira, que está a ser agora varrida pela aviação norte-americana e vasculhada pelo exército da Somália, tem sido cenário de intensos combates entre as forças governamentais e os rebeldes.

Não podendo recuar para o interior da Somália, devido à presença no terreno das forças governamentais e da União Africana, nem entrar no Quênia, o al-Shabab estará a ficar sem uma zona segura onde se poderia recompor destes recentes desaires.

As dificuldades foram abertamente reconhecidas pelo próprio al-Shabab quando pediu, em meados de dezembro, através, da Etiópia um pedido de negociação com o governo da Somália. Este pedido nem sequer foi considerado pelas autoridades de Mogadíscio, nem pelos seus apoiantes norte-americanos e africanos, que vêm agora abrir-se uma oportunidade para aniquilar uma organização responsável pela desestabilização de toda a região e pela morte de milhares de pessoas, tanto na Somália, como no Quênia e noutros países vizinhos.



## Luta contra a Malária

Os esforços que estão a ser travados em todo o continente africano contra a malária estão a dar resultados. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>2</sup>, entre 2000 e 2013, o número de mortes por causa da malária desceu para menos de metade, o que terá permitido salvar a vida a 4,3 milhões de pessoas.

No entanto, a malária ainda é uma realidade em 97 países no mundo, entre eles quase todos os países africanos, totalizando cerca de 3.2 mil milhões de pessoas a viverem em áreas afetadas.

Em 2013 registaram-se cerca de 198 milhões de casos de malária a nível mundial, os quais terão provocado cerca de 584 mil mortes, das quais 90% foram em África. Também em 2013 foi registada a morte de 437 mil crianças africanas com menos de 5 anos devido à malária.

Os dados relativos à África subsariana demonstram que apesar das taxas de crescimento demográfico serem elevadas, cada ano que passa registam-se menos casos de malária, tendo passado de 173 milhões em 2000 para 128 milhões de novos casos em 2013.

Para o sucesso desta luta há a destacar duas medidas que foram amplamente aplicadas: a distribuição de mosquiteiros impregnados com inseticida e a existência e disponibilização de testes de diagnóstico rápido, essenciais para um tratamento adequado e a tempo das pessoas infetadas. Em 2014 foram distribuídos, em África, 214 milhões de redes mosquiteiras impregnadas.

O acesso a mosquiteiros tratados com inseticida aumentou substancialmente entre 2000 e 2013. Hoje em dia, cerca da metade da população subsaariana, em risco de contrair malária, tem acesso a mosquiteiros tratados com inseticida. Este indicador é um excelente exemplo dos esforços desenvolvidos se tivermos em conta que, em 2004, apenas 3% da população africana tinha acesso aos mosquiteiros.

A nível mundial há um esforço concertado para eliminar a doença, sendo que o exemplo mais recente foi a declaração dos países asiáticos e do pacífico de que pretendem eliminar a doença até 2030. Em 2013 vários países reportaram, pela primeira vez, não terem regis-

<sup>2</sup> World Malaria Report 2014

[http://www.who.int/malaria/publications/world\\_malaria\\_report\\_2014/report/en/](http://www.who.int/malaria/publications/world_malaria_report_2014/report/en/)



tado qualquer caso de malária, entre eles, Marrocos. Outros países, entre eles a Argélia e Cabo Verde, reportaram menos de 10 casos.

Apesar destas melhorias, ainda há um longo caminho a percorrer se tivermos em conta que apenas 55 milhões de pessoas em África vivem em habitações que são regularmente alvo de tratamento contra os mosquitos.

Por outro lado, o medicamento mais eficaz para combater a malária, a artemisinina, já está a não ter efeito em algumas regiões do mundo devido à resistência adquirida pelo mosquito. Paralelamente, apesar da investigação sobre a malária continuar, ainda não só não se descobriu uma vacina como tardam em surgir novos medicamentos para o tratamento das pessoas infetadas.

Uma outra ameaça para os esforços de combate à malária tem a ver com a epidemia de ébola. Nos países mais afetados pelo ébola, nomeadamente a Guiné Conacri, Libéria e Serra Leoa, o encerramento de vários centros de saúde e o desvio dos recursos para o combate a esta epidemia poderá favorecer o aumento dos casos de malária nestes países, os quais, em conjunto, representam cerca de 6 milhões de casos anuais e 20 mil mortes.

## Imigrantes Africanos e a Europa

O ano de 2014 foi particularmente trágico para os imigrantes africanos que tentaram entrar ilegalmente no espaço europeu. De acordo com dados da Organização Mundial das Migrações, só no ano passado, morreram 5 mil africanos que tentaram chegar à Europa, número que é praticamente o dobro do de 2013.

Estas mortes registaram-se, sobretudo, no Mediterrâneo devido aos barcos sobrelotados que provocaram o naufrágio de vários deles.

## Guiné Equatorial Recebe o CAN

Face ao surto de ébola que atingiu o continente africano, Marrocos, país escolhido para receber o Campeonato Africano de Nações (CAN) em futebol renunciou à organização do evento. Marrocos foi muito criticado a nível africano, mas nem isso o demoveu, tendo apresentado a possibilidade de realizar o CAN apenas no fim do ano quando, espera-se, o surto do ébola estivesse controlado. A Confederação Africana de Futebol não aceitou esta proposta e retirou Marrocos do evento.

Esta situação pôs em risco a realização deste evento futebolístico porque não foi fácil encontrar um país africano disposto, num curto espaço de tempo, a organizar o CAN. Vários foram os países sondados, nomeadamente a África do Sul, Angola, Egito e o Gana, tendo todos recusado.

Acabaria por ser a Guiné Equatorial a manifestar a sua disponibilidade para receber o evento que decorreu entre os dias 16 de janeiro e 8 de fevereiro de 2015. A Guiné Equatorial teve a sua equipa a participar no CAN, quando, num primeiro momento, tinha visto a sua seleção ser desclassificada durante a fase de apuramento pela utilização irregular de um jogador.

A XX edição do CAN decorreu em várias cidades equato-guineenses, nomeadamente na capital, Malabo, e nas cidades de Bata, Mongomo e Ebebiyin. Para além da Guiné Equatorial participaram as seleções nacionais da África do Sul, Congo, Argélia, Mali, Burkina Faso, Gabão, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Cabo Verde, Zâmbia, Tunísia, Senegal e República Democrática do Congo.

Esta disponibilidade da Guiné Equatorial em receber o CAN fica também a dever-se ao desejo do seu Presidente, Teodoro Obiang, em querer romper com algum isolamento e criticismo de que o País é alvo devido ao seu regime político.

A escolha da Guiné Equatorial não deixou de levantar várias críticas, não só porque se estaria a dar palco a um país onde o respeito pelos direitos humanos deixa muito a desejar, mas também pelo facto de sob o ponto de vista desportivo e logístico existirem muitas falhas. As principais dúvidas relacionavam-se com os estádios das cidades de Ebebiyin e Mongomo, que acolheram os jogos dos grupos B e C, respetivamente.

A Guiné Equatorial já participou na organização de uma edição da CAN, em 2012, mas em conjunto com o Gabão e utilizando apenas a capital Malabo e a maior cidade do país, Bata.



## Desafios para a União Africana em 2015

O ano passado não foi muito positivo para a União Africana (UA) a qual acabou, ao não resolver problemas ou intervir em crises, por mostrar a sua incapacidade. Bom exemplo desta incapacidade foi o modo como a UA lidou com a crise de ébola que surgiu na região ocidental do continente.

Quando surgiu em 2002, a UA foi encarada com mais entusiasmo que a sua antecessora, a Organização de Unidade Africana (OUA), a qual fracassou em toda a linha nos objetivos propostos. O facto de muitos países serem governados por regimes autoritários, em que as democracias eram a exceção, não ajudou a credibilizar a posição da OUA.

A UA apesar de ter uma lista de objetivos mais consistentes com as necessidades do Continente, nomeadamente, promoção da integração económica e política de África, dar voz aos problemas africanos à escala mundial e promover a paz, segurança e a estabilidade do continente, a verdade é que tem tido muita dificuldade em se afirmar.

Para além da crise do ébola, em 2014, a UA também teve grandes dificuldades em liderar o processo de pacificação dos conflitos que assolaram o continente, nomeadamente no Sudão do Sul, Mali e na República Centro-Africana. Em todos estes casos, foi, mais uma vez, a intervenção externa a ter um papel determinante.

A UA tem tido uma posição muito discreta em relação aos principais problemas securitários que o Continente enfrenta, nomeadamente os relacionados com a atuação de grupos terroristas como o Boko Haram na Nigéria, o al-Shabab na Somália ou a al-Qaida do Magrebe Islâmico. Também, apesar de oficialmente criada, a African Standby Force tarda em afirmar-se por falta de recursos.

No capítulo económico, a posição da UA está, pelo menos em termos teóricos, no caminho certo, com a apresentação de planos como a nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD) ou a aposta na integração regional. Em ambos os casos os problemas têm surgido na fase da implementação do acordado, o que implica que os resultados, até agora, sejam limitados.

Em 2015 será decidido, no âmbito da ONU, a Agenda Pós-2015 que irá substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio criados em 2000. Espera-se que a UA seja capaz de defender uma posi-

ção única em nome de África. Apesar da UA já ter apresentado um documento que reflete uma posição comum dos países africanos, composta por 29 objetivos sustentáveis, os críticos defendem que deveria haver um número mais reduzido de objetivos centrados nas grandes prioridades africanas relacionadas com a educação, saúde, combate à pobreza e insegurança alimentar.

Na área da promoção da boa governação o desempenho também tem sido limitado. Apesar da maioria dos países africanos serem hoje em dia democracias com a realização de eleições regulares, muitos destes processos continuam a ser manchados por irregularidades. Por outro lado, vários líderes africanos, apesar de eleitos democraticamente, tentam alterações constitucionais para se manterem no poder, como foi o caso recente de Joseph Kabila na República Democrática do Congo.

Apesar destas limitações, a UA tem tido um desempenho mais positivo do que a OUA. Para que possa melhorar o seu desempenho em 2015 é necessário que proceda a algumas reformas. A primeira tem a ver com o financiamento da organização que continua a depender das contribuições dos seus membros, insuficientes e que muitas vezes não são sequer pagas, o que obriga a organização a depender de apoios externos que, necessariamente, condicionam a sua agenda.

Em segundo lugar é necessário criar um sistema de liderança mais sólido que substitua o atual baseado em lideranças anuais rotativas entre chefes de estado. O atual modelo não garante uma atuação constante e igualmente empenhada na prossecução dos objetivos da organização.

Em terceiro lugar é preciso reformar a Comissão da União Africana, o órgão executivo da organização que é ainda muito fraco e com limitada autoridade, o que implica menor capacidade de impor as suas decisões.

Finalmente é importante que a UA tenha um órgão que emane do voto dos africanos. A hipótese é criar um Parlamento Africano eleito pelo voto directo dos africanos e que tenha capacidade de intervir na atuação da UA.

# Novo Governo Moçambicano

O novo Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, apresentou, a 16 de janeiro, o seu elenco governativo, o qual representou uma profunda mudança. O novo governo será constituído por 22 ministros, menos sete do que o anterior, e seis nomes transitam do executivo de Armando Guebuza. Esta diminuição de ministérios foi bem recebida, quer pela população, quer pela comunidade doadora internacional, que viram nesta medida a determinação do novo governo em conter a despesa.

Para Primeiro-ministro foi nomeado Carlos Agostinho do Rosário, até agora, embaixador de Moçambique na Indonésia, Timor-Leste, Tailândia, Malásia e Singapura. Anteriormente, Agostinho do Rosário, de 61 anos, foi Ministro da Agricultura e Pescas e Governador das províncias da Zambézia e Tete, no centro.

Os novos ministros são os seguintes:

Adriano Afonso Maleiane, Ministro da Economia e Finanças;  
Oldemiro Júlio Marques Balói, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;  
Jaime Basílio Monteiro, Ministro do Interior;  
Atanásio Salvador Ntumuke, Ministro da Defesa Nacional;  
José Condugua António Pacheco, Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar;  
Carmelita Rita Namashulua, Ministra de Administração Estatal e Função Pública;  
Vitória Dias Diogo, Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social;  
Adelaide Anchia Amurane, Ministra na Presidência para os Assuntos da Casa Civil;  
Agostinho Salvador Mondlane, Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas;  
Pedro Conceição Couto, Ministro dos Recursos Minerais e Energia;  
Abdurremane Lino de Almeida, Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;  
Nazira Karimo Vali Abdula, Ministro da Saúde;  
Alberto Hawa Januário Nkutumula, Ministro da Juventude e Desportos;  
Cidália Manuel Cháúque Oliveira, Ministra do Género, Criança e Acção Social;  
Luís Jorge Manuel Teodósio António Ferrão, Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano;

Ernesto Max Elias Tonela, Ministro de Indústria e Comércio;  
Carlos Alberto Fortes Mesquita, Ministro dos Transportes e Comunicações;  
Celso Ismael Correia, Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural;  
Silva Armando Dunduro, Ministro da Cultura e Turismo;  
Eusébio Lambo Gumbiwa, Ministro dos Combatentes;  
Jorge Olívio Penicela Nhambiu, Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional;  
Carlos Bonete Martinho, Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.

De destacar que dois importantes Ministros de Guebuza, Oldemiro Baloi nos Negócios Estrangeiros, e José Pacheco na Agricultura, se mantêm com as mesmas pastas no novo executivo. Pedro Couto, que até agora desempenhava as funções de Vice-Ministro das Finanças, assume agora a importante pasta dos Recursos Naturais e Energia e será o responsável pela negociação dos contratos de gás natural com as empresas internacionais. O antigo governador do Banco de Moçambique, e até agora Presidente do Banco Nacional de Investimentos, Adriano Maleiane, assume a importante pasta da Economia e Finanças, a qual resulta da fusão dos Ministérios do Planeamento e das Finanças.

O anterior Ministro da Defesa, Agostinho Mondlane, passa agora a ocupar a pasta de Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas. A antiga Ministra da Presidência dos Assuntos Parlamentares, Adelaide Amurane, passa a ser a Ministra na Presidência para os Assuntos da Casa Militar.

Dois importantes aliados do anterior Presidente Guebuza foram nomeados Ministros. Carlos Mesquita, antigo Presidente da Cornelder, a companhia que dirige o porto da Beira, assume o cargo de Ministro dos Transportes e Comunicações. O empresário Celso Correia, fundador da Insitec, assume o cargo de Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Em relação aos Vice-Ministros os nomes indicados foram os seguintes:

Amélia Tomás Taime Nakhare, Vice-Ministra da Economia e Finanças;  
Nyeleti Brooke Mondlane, Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

José dos Santos Coimbra, Vice-Ministro do Interior;  
 Patrício José, Vice-Ministro da Defesa Nacional;  
 Leda Florinda Hugo, Vice-Ministra da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional;  
 Manuela Joaquim Rebelo, Vice-Ministra dos Transportes e Comunicações;  
 Ana Comoana, Vice-Ministra da Cultura e Turismo;  
 Joaquim Veríssimo, Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;  
 Armindo Saul Atelela Ngunga, Vice-Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano;  
 Maria de Fátima Mwanza Pelembe, Vice-Ministra dos Combatentes;  
 Ana Ismael Senda Coani, Vice-Ministra da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural;  
 Omar Mithá, Vice-Ministro de Indústria e Comércio;  
 Mouzinho Saíde, Vice-Ministro da Saúde;  
 Lucas Mangrassa, Vice-Ministro do Género, Criança e Acção Social;  
 Roque Silva Samuel, Vice-Ministro de Administração Estatal e Função Pública;  
 João Osvaldo Moisés Machatine, Vice-Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos;  
 Oswaldo Armindo Fakir Petersburgo, Vice-Ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social;  
 Ana Flávia João de Azinheira, Vice-Ministra da Juventude e Desporto.

De referir que Nyeleti Mondlane, filha do primeiro Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, assume o cargo de Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

O novo Presidente nomeou, ainda, 11 governadores provinciais, numa lista que inclui quatro ex-ministros e um ex-vice-ministro do anterior Governo de Armando Guebuza.



#### **OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA**

Boletim da Fundação Portugal África

#### **FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**

Rua de Serralves  
 191 - 4150-706 Porto  
 Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11  
 E-mail: geral@fportugalafrica.pt  
 www.fportugalafrica.pt

#### **Ficha Técnica**

**Responsáveis pela edição**  
 J. A. Azeredo Lopes  
 Luís Castelo Branco

**Conceito Gráfico e Paginação**  
 Porta de Comunicação

**Tiragem**  
 500 exemplares

**Impressão**  
 Gutengráfica  
 Depósito Legal: 223325/05